

ATA DA SÉTIMA CONFERÊNCIA PÚBLICA REGIONAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

No dia dezoito do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, às dezenove horas e quinze minutos, no Centro de Conferência da Vila Pedrini, foi realizada a Sétima Conferência Pública Regional, contemplando os bairros Vila Pedrini, João Paulo II e Anzolin, com objetivo de subsidiar uma leitura do município através da concepção e perspectiva da população, para debater, rever e analisar o conteúdo do atual plano diretor do município de Joaçaba. Contou com os membros da Comissão Técnica para Revisão do Plano Diretor e da Comissão para Revisão do Plano Diretor, Vereadores e munícipes. Inicialmente o Coordenador de Planejamento do município, o **[nome]**, saudou e agradeceu a todos os presentes, comentou que estão reunidos para discutir com a sociedade envolvida na região quais os problemas e sugestões de todos. Que agora é o momento de deixar o individualismo de lado e pensar de forma coletiva. Explicou ainda o funcionamento da conferência e que desde o início do processo, algumas das solicitações feitas pela população já foram resolvidas, que com essas conferências pretende-se resolver o município de maneira participativa e organizada. Posteriormente a palavra foi passada para o Diretor de Gestão e Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA, **[nome]**, que fez a abertura da sétima conferência pública, saudou a todos os presentes e explicou o motivo da reunião que é a apresentação dos bairros, para entendimento e conhecimento de todos, para então se planejar a cidade da melhor maneira, explanou sobre a programação e sobre o preenchimento da ficha de inscrição e as formas de contribuição durante a conferência, além disso, mostrou aos participantes outras maneiras de contribuir. Explanou sobre o que é plano diretor e a importância da revisão, que é uma lei de diretrizes que coordena o crescimento do município, por isso é importante passar por revisão no máximo a cada 10 anos, para acompanhar as mudanças que vem ocorrendo e pensar em como queremos a nossa cidade para o futuro, por fim informou que está sendo realizada a etapa de captação de informações da população. Apresentou as contribuições coletadas na oficina estratégica, pelos técnicos envolvidos no processo, dentro dos temas: Habitação, Uso e Ocupação do Solo; Patrimônio Histórico, Cultural, Lazer e Turismo; Meio Ambiente e Saneamento Básico; Mobilidade Urbana e as contribuições sociais já realizada pelos moradores. Repassou alguns dados do IBGE e expôs sobre o crescimento populacional do município, discorreu sobre os dados da leitura técnica realizada por meio do diagnóstico dos bairros Vila Pedrini, João Paulo II e Anzolin apresentando um levantamento a respeito da distribuição territorial, dos lotes edificados, dos equipamentos, serviços, dos usos e ocupação do solo e dados socioeconômicos. Apresentou o que é zoneamento, que é um instrumento que ordena o crescimento, que esclarece o tipo de construção permitida e os índices urbanísticos do município para determinada zona. Expôs alguns pontos importantes dentro dos temas indispensáveis para a revisão do plano diretor, como instituir diretrizes para a implantação de leis, revisão de parâmetros urbanísticos e zoneamento, programas de ações e fortalecimento para o município, os quais visam o desenvolvimento do município. Informou e mostrou sobre a consulta pública, que é uma maneira mais técnica de deixar sua sugestão. Ressaltou que o objetivo da noite foi levar a realidade local para as comunidades e ouvir a opinião e sugestões da população, reforçou a importância da participação social, informou ainda sobre a dinâmica que será realizada com mapas para sugestões e questionamentos por fim agradeceu a presença de todos e passou a palavra para o **[nome]** que falou da importância da participação de todos, que muitas das solicitações feitas pela população no início do processo, já foram resolvidas, então abriu-se a palavra para manifestações. O **[nome]** morador do bairro João Paulo II, relatou alguns problemas com a dimensão de algumas vias e a respeito da delimitação de bairros. O **[nome]** esclareceu que antes de 2007 não havia legislação que informava essa questão. Somente em 2007 estabeleceu -se um padrão de larguras e estão vindo uma maneira para regularizar essas questões. Quanto aos bairros, explicou que está sendo elaborado a lei de bairros que é uma divisão político - administrativa do município para regularização de endereços quanto a Celesc e Simae e atualização de CEP, mas que nada

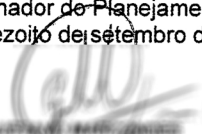
iria interferir para os moradores. Uma moradora explicou que a rua citada pelo morador anterior, foi um acordo feito com os moradores locais para diminuir a rua por questões financeiras. Relatou que deixou a dimensão correta para calçada, porém na prefeitura consta uma largura diferente, então ela não consegue liberação para abrir um comércio e não consegue legalizar a moradia existente, pediu ainda sobre a acessibilidade nas calçadas da rua. O Sr. João Corrêa explicou que para alterações é preciso aprovação da câmara de vereadores, e que agora é momento de fazer a solicitação para verificação dos tamanhos das ruas. Quanto a acessibilidade informou que existe um termo de conduta, porém estão estudando como regularizar em alguns casos as situações que estão críticas. Citou que ela deve se adequar as normas de acessibilidade dentro do comércio que pretende abrir. Houve uma sugestão de fazer desafetação da rua. Foi questionado sobre o que fazer para legalizar e qual o prazo de cumprimento do processo. O Sr. João Corrêa informou que primeiro deve ser feita a regularização da rua para depois haver a liberação dos alvarás. Quanto ao prazo de cumprimento pretendem até março de 2019 estar com tudo pronto, pois primeiro precisam terminar as conferências, para depois se fazer um diagnóstico do município. O Sr. João Corrêa fez uma menção quanto ao bairro Cachoeirinha que é um lugar carente, e foi privado de infraestrutura, pediu para que os técnicos anotassem e pensassem em recursos para essa área. Comentou ainda que precisamos implementar a cidade pois a cidade tem muito a oferecer e os municípios não conseguem usufruir devido a esses empecilhos encontrados, como a dificuldade de regularização de vias e lotes. Houve alguns apontamentos ainda sobre a área. O Sr. João Corrêa informou que depois de tudo levantado, da lei do plano diretor pronta o município deverá desenvolver uma lei de regularização fundiária das construções e lotes, que esse é um problema a ser encarado de frente com a ajuda de todos. O Sr. João Corrêa morador do bairro, reclamou a respeito do zoneamento do bairro, possuem uma zona ZCA onde não se pode construir nada em cima, sendo que o terreno pode ser aproveitado. O Sr. João Corrêa falou que a prefeitura está em processo licitatório para fazer um levantamento altimétrico do município com aerofotografias, pois o levantamento feito pelo estado possui erros graves, e para resolver os problemas será usado esse levantamento do município. O Sr. João Corrêa esclareceu que na época que o plano foi realizado existia um mapa com curvas de metro em metro e a ZCA foi para áreas com declividade a partir de 30%, mas está no plano diretor que caso já existisse um lote nessa área era só solicitar a alteração de zoneamento. Em seguida, disponibilizou-se cerca de 20 minutos para os mapas didáticos. Após decorrido o tempo, não havendo mais contribuições o Sr. João Corrêa deu por encerrada a Sétima Conferência Pública Regional, agradecendo a presença de todos, e convidando para as próximas conferências que acontecerão. Ficou assim determinando a mim, Sr. João Corrêa, que lavrasse a presente ata e procedesse a sua publicação, no órgão site oficial do Planejamento Urbano do Município de Joaçaba, a fim de surtir os seus efeitos legais e jurídicos. A presente ata segue assinada por mim, Sr. João Corrêa, pelo Diretor de Gestão e Desenvolvimento Regional, Sr. João Corrêa, pelo Diretor de Programa de Desenvolvimento Regional, Sr. João Corrêa, e pelo Coordenador de Planejamento Urbano, Sr. João Corrêa, como sinal de sua aprovação. Joaçaba, dezoito de setembro de dois mil e dezoito.



Sr. João Corrêa
Presidente do Conselho Intermunicipal Catarinense



Sr. João Corrêa
Presidente do Conselho Intermunicipal Catarinense



Sr. João Corrêa
Presidente do Conselho Intermunicipal Catarinense



Sr. João Corrêa
Presidente do Conselho Intermunicipal Catarinense